

CNI mostra preocupação com ineditismo do novo modelo do setor elétrico Conselho Temático de Infra-Estrutura diz que não há espelho para comparação dos mecanismos apontados na proposta com outros países

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) está preocupada com o ineditismo do novo modelo para o setor elétrico. O presidente do Conselho Temático de Infra-Estrutura da CNI, José de Freitas Mascarenhas, diz que não há espelho para comparação dos mecanismos apontados na proposta com outros países.

"O modelo é complexo e não temos como compará-los com outros", explica. Ele conta que o pool é utilizado somente em alguns países, baseado em administração privada.

Na última terça-feira, dia 13 de janeiro, a CNI realizou uma reunião para discutir o novo modelo do setor elétrico. O objetivo da entidade é apresentar um documento com sugestões e análises sobre as Medidas Provisórias 144 e 145. O conselho é composto por 16 membros de federações estaduais, associações de classe e consultores.

Mascarenhas explica que a primeira parte do trabalho é levantar os pontos críticos da proposta e aprofundar o estudo sobre o novo modelo. Ele conta que o governo federal apresentou o documento no final de dezembro, e por isso os participantes do conselho pediram mais tempo para avaliar e dar contribuições.

Além de ouvir os associados da CNI, a entidade pretende convidar os representantes das distribuidoras e dos investidores do setor elétrico para formar a opinião da confederação.

"Precisávamos ouvir nossas bases e o setor", explica.

Mascarenhas conta que o viés estatal e as indefinições preocupam a CNI. Ele teme que o modelo não seja atrativo devido a complexidade da proposta. Outro ponto criticado pelo executivo é a cobrança da taxa de uso do bem público para as empresas auto-produtoras.

"A compensação é uma penalidade, podendo afastar os investidores", afirma. Mascarenhas explica que o setor industrial precisa de oferta de energia e preços competitivos para ajudar a alavancar a produção.

Diálogo - Sobre a tramitação do novo modelo no Congresso Nacional, a CNI faz coro com as críticas pelo envio da matéria por Medida Provisória. A entidade apóia as ações diretas de inconstitucionalidade do PSDB e PFL, que pedem a transformação do documento em Projeto de Lei para aumentar o tempo de discussão.

Mascarenhas informa ainda que pretende conversar com representantes do Ministério de Minas e Energia e do Congresso Nacional para mostrar a posição da entidade. O presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, vê com bons olhos o possível convite para debater o setor elétrico com a confederação.

"Vamos mostrar nossas apreensões sobre as Medidas Provisórias 144 e 145, como o possível aumento de poder do Executivo", conta. Sales informa que também quer estabelecer um canal de diálogo com o Congresso Nacional para marcar a posição dos investidores no novo modelo.

Na última semana, a CBIEE aproveitou uma reunião com o Ministério de Minas e Energia para discutir o modelo e relatar suas preocupações. Para Sales, o governo comete um pecado grave ao aumentar o poder do executivo na regulação dentro do novo modelo do setor elétrico.

Os agentes argumentam que o documento exigirá regulamentações posteriores executadas pelo MME. "Eles estão mais sujeitos a pressões, podendo mudar regras de acordo com as necessidades", afirma Claudio Sales. Segundo ele, o investimento no setor elétrico tem retorno em longo prazo e precisa de regras claras.